



#### [Lei n.º 24/2026, de 1 de junho](#)

Altera a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 02.06.2026.

#### [Lei n.º 25/2026, de 1 de junho](#)

Autoriza o Governo a alterar o Código das Expropriações.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** ---.

#### [Portaria n.º 244/2026/1, de 1 de junho](#)

Aprova o modelo de declaração relativa ao regime de grupos no âmbito do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) (regime de grupos de IVA).

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 02.06.2026 e é aplicável às declarações correspondentes a períodos de imposto com início em, ou após, 01.07. 2026.

#### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 106/2026, de 2 de junho](#)

Aprova o PTRR — Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 03.06.2026.

### [Lei n.º 26/2026, de 3 de junho](#)

Transpõe as Diretivas (UE) 2023/2226 e 2025/872, relativas à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, e altera, entre outros diplomas, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Regime Geral das Infrações Tributárias, o Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio, e o Regime do Imposto Mínimo Global.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2026, com exceção dos n.ºs 8 e 9 do artigo 14.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 6.º-E do Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio, na redação dada pela presente lei, os quais produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de 2028, e do n.º 2 do artigo 6.º-E do Decreto-Lei n.º 61/2013, de 10 de maio, na redação dada pela presente lei, que produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2030.

### [Lei n.º 27/2026, de 5 de junho](#)

Autoriza o Governo a alterar o Código do Imposto Único de Circulação.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** ---.

### [Decreto-Lei n.º 111/2026, de 5 de junho](#)

Estabelece um regime excecional e temporário de suspensão dos processos de recuperação de apoios de fundos europeus recebidos indevidamente ou não justificados e de diferimento de prestações vincendas relativas a operações reembolsáveis no âmbito da eficiência energética.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 06.06.2026. Os artigos 1.º a 4.º do presente decreto-lei produzem efeitos a 14 de fevereiro e cessam a sua vigência a 31 de dezembro de 2026.

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 110/2026, de 5 de junho](#)

Cria a «Linha Portugal Resiliência Energética», linha de crédito de apoio às empresas afetadas pelo aumento dos custos energéticos resultante da instabilidade geopolítica no Médio Oriente.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 06.06.2026.

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 111/2026, de 5 de junho](#)

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 148/2025, de 8 de outubro, que autoriza o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., a realizar a despesa e a assumir os respetivos encargos plurianuais, no âmbito do financiamento da aquisição, construção e reabilitação de até 12 000 unidades habitacionais destinadas a integrar o Parque Público de Habitação a Custos Acessíveis.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** produz efeitos a 14.05.2026.

### [Decreto-Lei n.º 114/2026, de 8 de junho](#)

Altera o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 09.06.2026. As alterações introduzidas ao n.º 2 do artigo 44.º do RHLC apenas produzem efeitos 30 dias após a data da publicação do presente decreto-lei.

### [Declaração de Retificação n.º 18/2026/1, de 8 de junho](#)

Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 81-A/2026, de 15 de maio, que aprova 20 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP).

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** ---.

### [Despacho n.º 7229/2026, de 8 de junho](#)

Determina a constituição de um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar uma proposta de Lei Geral da Segurança e Saúde no Trabalho.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** produz efeitos a 29.05.2026.

### [Despacho n.º 7344/2026, de 11 de junho](#)

Determina a manutenção da comissão de serviço da licenciada Maria Fernanda Ferreira Campos, no cargo de inspetora-geral da Autoridade para as Condições do Trabalho.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** produz efeitos a 01.03.2026.

### [Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2026/M, de 12 de junho](#)

Execução do Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 13.06.2026, produzindo efeitos desde 01.01.2026, mantendo a sua vigência até à entrada em vigor do decreto regulamentar de execução orçamental para 2027.

### [Lei n.º 28/2026, de 15 de junho](#)

Autoriza o Governo a rever o regime do mecenato e alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.**

### [Aviso n.º 14584/2026/2, de 15 de junho](#)

Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a abril de 2026, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.**

### [Despacho n.º 7517-A/2026, de 16 de junho](#)

Declara a extinção da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 17.06.2026 e produz efeitos a 01.07.2026.

### [Deliberação n.º 684-A/2026, de 16 de junho](#)

Regulamento do Programa de Formação e Integração de Pessoas Imigrantes, Requerentes e Beneficiárias de Proteção Internacional e Beneficiárias de Proteção Temporária no Setor da Construção Civil, designado «Integrar para a Construção».

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor no dia 17.06.2026, produzindo efeitos durante o período de vigência do Acordo de Cooperação celebrado entre a AIMA, I. P., o IEF, I. P., a AICCOPN, o CICCOPN, e a Fundação AGEAS, relativo ao Programa de Formação Profissional e Integração de Pessoas Imigrantes, Requerentes e Beneficiárias de Proteção Internacional e Beneficiárias de Proteção Temporária para o Setor da Construção Civil.

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 125/2026, de 17 de junho](#)

Procede à revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030).

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 22.06.2026.

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2026, de 18 de junho](#)

Altera a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2025](#), de 18 de março, que prevê a criação do Programa Menos Ruído.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** 2026.06.11

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2026, de 19 de junho](#)

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 17-A/2026, de 3 de fevereiro, que fixa o regime de apoios financeiros a atribuir na sequência da declaração da situação de calamidade.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** produz efeitos a 11.06.2026.

### [Portaria n.º 271/2026/1, de 22 de junho](#)

Estabelece a estrutura nuclear da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 01.07.2026.

### [Regulamento n.º 756/2026, de 22 de junho](#)

Regulamento de execução do Regime Jurídico da Cibersegurança, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 125/2025, de 4 de dezembro.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 23.06.2026 e produz efeitos na data da sua entrada em vigor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 125/2025, de 4 de dezembro. As disposições do presente Regulamento que careçam de instruções técnicas ou outros normativos a aprovar pela autoridade de cibersegurança competente, produzem efeitos à data da publicação dos mesmos. Sem prejuízo do referido, as entidades devem enviar à autoridade de cibersegurança competente a informação que seja determinada ou determinável com base nos critérios ou requisitos já existentes na legislação ou regulamentação em vigor.

### [Lei n.º 29/2026, de 23 de junho](#)

Cria o regime jurídico do contrato de aproveitamento energético renovável, determinando o deferimento tácito no licenciamento de unidades de produção para autoconsumo a partir de fontes renováveis e alterando o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, e o Código Civil.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 01.07.2026.

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2026, de 23 de junho](#)

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2023, de 23 de janeiro, que estabelece um modelo de coordenação e acompanhamento da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 24.06.2026.

### [Ofício-circulado n.º 25116/2026, de 23 de junho](#)

IVA – Verba 2.42.1 da lista I anexa ao código do IVA - Taxa reduzida de IVA na construção e reabilitação de imóveis para habitação.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** produz efeito a 01.07.2026.

### [Decreto-Lei n.º 121/2026, de 23 de junho](#)

Altera o [Decreto-Lei n.º 150/2015](#), de 5 de agosto, que transpõe a [Diretiva n.º 2012/18/UE](#) relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** 2026.06.28

### [Decreto-Lei n.º 123/2026, de 24 de junho](#)

Estabelece o regime aplicável à AdP AQUA - Gestão Ambiental de Recursos Hídricos, S. A., com vista à execução da Estratégia «Água Que Une»

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** 2026.06.29

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2026, de 24 de junho](#)

Aprova a Estratégia «Água Que Une».

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** 2026.06.25

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2026, de 24 de junho](#)

Cria a Estrutura de Missão «Agência para o PTRR».

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 25.06.2026.

### [Despacho n.º 7909/2026, de 24 de junho](#)

Determina a elaboração da proposta da Estratégia Industrial Verde e define as respetivas orientações, conteúdos e plano de trabalhos, nos termos do artigo 68.º da Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** produz efeitos a 25.06.2026.

### [Ofício-circulado n.º 25117/2026, de 24 de junho](#)

IVA - serviços de construção civil - inversão do sujeito passivo

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** produz efeito a 01.07.2026.

### [Decreto-Lei n.º 124/2026, de 26 de junho](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 39/2018, de 11 de junho, que estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar, que transpõe a Diretiva (UE) 2015/2193.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 27.06.2026 e produz efeitos a 26.07.2026.

### [Decreto-Lei n.º 125/2026, de 26 de junho](#)

Executa parcialmente na ordem jurídica interna o Regulamento (UE) 2019/1020, relativo à fiscalização do mercado e à conformidade dos produtos.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 27.06.2026.

### [Portaria n.º 275/2026/1, de 26 de junho](#)

Procede à terceira alteração ao Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade, aprovado em anexo à Portaria n.º 125/2024/1, de 1 de abril, alterada pela Portaria n.º 208/2024/1, de 13 de setembro, e pela Portaria n.º 208/2025/1, de 8 de maio.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 27.06.2026.

### [Decreto-Lei n.º 127/2026, de 26 de junho](#)

Altera a [Lei n.º 26/2013](#), de 11 de abril, que regula as atividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissional e de adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e define os procedimentos de monitorização à utilização dos produtos fitofarmacêuticos.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** 2026.06.27

### [Portaria n.º 276/2026/1, de 26 de junho](#)

Procede à segunda alteração à [Portaria n.º 203/2021](#), de 28 de setembro, que estabelece uma medida de auxílio a custos indiretos a favor das instalações abrangidas pelo regime do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), nos termos do [Decreto-Lei n.º 12/2020](#), de 6 de abril.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** A medida de auxílio a custos indiretos estabelecida pela Portaria n.º 203/2021, de 28 de setembro, e respetivos anexos, conforme com as alterações introduzidas pela presente portaria, produz efeitos após aprovação pela Comissão Europeia.

### [Decreto-Lei n.º 129/2026, de 29 de junho](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que aprova o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 04.07.2026.

### [Decreto-Lei n.º 130/2026, de 29 de junho](#)

Altera o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional, transpondo a Diretiva (UE) 2024/1711 e parcialmente as Diretivas (UE) 2023/2413 e 2023/1791.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 28.08.2026.

### [Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2026, de 29 de junho](#)

Prorroga, até 31 de dezembro de 2026, a vigência da Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas 2020.

**Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** entra em vigor a 30.06.2026.

Em caso de necessidade de algum esclarecimento complementar, contacte:

Serviços da AICCOPN: T: +351 223 402 200 | [geral@aiccopn.pt](mailto:geral@aiccopn.pt)